

“SI NÃO QUIZERDES FICAR ENTRE OS QUE A MEDIOCRIDADE VADIA APEQUENA E ESCONDE, TEREIS DE DAR AO ESTUDO DO DIREITO, ASSIM CIÊNCIA, COMO ARTE, A CONSTÂNCIA BENEDITINA DE ESFORÇO INSONE E A PERTINÁCIA TEIMOSA DE TRABALHO INDORMIDO, QUE AÍ ESTÁ VERDADEIRAMENTE O SEGREDO DOS GRANDES E REAIS TRIUNFOS PROFISSIONAIS”.

NEREU RAMOS, IN “DISCURSO DE PARANINHO”.

Folha Acadêmica

Orgão Oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro

Ano I Faculdade de Direito de Santa Catarina, Florianópolis, 14 de julho de 1944 N. 7

VII Congresso Nacional de Estudantes

Os Congressos Nacionais de Estudantes do Brasil estão se tornando uma tradição em nossa vida política e cultural. Este ano a Diretoria da União Nacional dos Estudantes, entidade máxima dos universitários brasileiros, fixou o dia 16 de julho para instalação solene do conclave, que se realiza pela sétima vez.

Afim de orientar os debates, tornar mais frutíferos os resultados do Congresso, a diretoria da U. N. E. nomeou uma Comissão Organizadora e instituiu um Temário Mínimo, englobando os problemas vitais aos estudantes no momento atual. Dentro dos pontos deste Temário serão feitas as Teses, que devem ser encaminhadas desde já, até o dia 15 de julho, à Comissão Organizadora, na sede da U. N. E., praia do Flamengo n. 132.

TEMÁRIO MÍNIMO DO VII CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES

O Temário compõe-se de 4 pontos, que são os seguintes:
PRIMEIRO PONTO — Aspirações e reivindicações dos estudantes brasileiros relativamente às suas condições de vida e aos problemas do ensino.

(a) ENSINO:

- 1 — Reforma do Ensino Superior;
- 2 — Barateamento do ensino;
- 3 — Livro didático;
- 4 — Corpo Docente;

- 1 — Remuneração;

II — Seleção;

(b) ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES:

- 1 — Alimentação;
- 2 — Habitação;
- 3 — Saúde;
- 4 — Situação econômica;
- 5 — Estudantes convocados;

SEGUNDO PONTO — Contribuição dos estudantes brasileiros para a defesa da Pátria e a Vitória das Nações Unidas sobre o nazi-fascismo.

(a) Unidade nacional de todos os estudantes patriotas para assegurar a liberdade e a independência de nosso povo;

(b) Participação dos estudantes na organização de todos os jovens brasileiros, de acordo com as Resoluções da Conferência Continental da Juventude pela Vitória (Zona Sul);

(c) Contribuição dos estudantes brasileiros para a unidade nacional, continental e mundial da juventude na luta contra o nazi-fascismo;

(d) Participação dos estudantes brasileiros no esforço de guerra das Nações Unidas;

- 1 — Apóio à Força Expedicionária Brasileira;
- 2 — Participação na batalha da produção;
- 3 — Consolidação da frente interna e luta contra a quinta-coluna;

TERCEIRO PONTO — Contribuição dos estudantes brasileiros para um mundo de após-guerra que garanta:

(a) Observância da Carta do Atlântico, das Quatro Liberdades de Roosevelt, dos Acórdos de Moscou e Teerã;

(a) Desenvolvimento econômico do Brasil;

QUARTO PONTO — Assuntos diversos.

CRIADAS DIVERSAS SUB-COMISSÕES

Para início imediato do trabalho a diretoria da U. N. E. divulgou logo a Comissão Organizadora em sub-comissões, que são as seguintes: Sub-Comissão de Transportes e Hospedagem, Sub-Comissão Social e de Assistência ao Congressista, Sub-Comissão de Teses, Sub-Comissão de Finanças, Sub-Comissão de Publicidade e Secretaria da Comissão Organizadora.

Pelo levantamento do nível intelectual e moral do povo

O grau de intelectualidade e moralidade de um povo e, sem dúvida, o que dá a este povo a capacidade de se fazer sentir internacionalmente, de viver de acordo com a época — acompanhando a marcha da civilização — de competir com outros povos e de formar em si este sentimento de importância tão vital para a existência política, econômica coletiva e evolução de um país, que é a nacionalidade.

Não nos referimos aqui ao nível mais elevado de cultura que se estabelece graças a existência de indivíduos invulgarmente cultos e que formam um verdadeiro escol cultural, mas ao grau medido de cultivo intelectual e moral da grande massa.

Evidentemente, o que empresta a uma nação o cunho de adiantamento cultural não é a existência de uma “elite” composta de homens de original talento — embora isto seja de acentuada importância — mas o grau de cultura geral, predominante no grande número dos nacionais.

Em verdade, pouco pode realizar uma elite em benefício de uma sociedade se esta não está suficientemente adaptada para compreender o alcance das medidas tomadas para seu próprio proveito, pelo que estas medidas são executadas com indiferença, ou não são executadas sem que sejam empregados meios persuasivos mais fortes.

Sendo que conseguir ou aumentar o bem estar social é, indubitavelmente, a finalidade do Estado, e que este, como já ficou dito, não pode agir a contento da sociedade a que dirige enquanto esta, por ignorância, não compreender a razão das instituições estatais, vemos que a educação das massas, e o aprimoramento de sua moralidade, constituem o primeiro e o mais importante problema social.

Demos a um povo a possibilidade dele se educar e moralizar, por meio de uma difusão completa e acessível a todos, dos ensinamentos necessários, e vê-lo-emos organizado e ativo, nacionalizado e firme, e só então apto para realizar o ideal democrático, porque capaz de se governar a si mesmo, e intolerante a qualquer regime que vise anular esta sua capacidade.

Vemos assim que, a democracia, único meio por que um povo pode alcançar o bem estar coletivo, têm suas bases na cultura e moralidade das massas populares.

Hamilton A. Valente Ferreira

1º Ano do Curso de Direito

Duas cartas

AO COLEGA PRESIDENTE DA U. N. E.

PRAIA DO FLAMENGO, 132 — RIO DE JANEIRO.

Florianópolis — 24-5-1944.

Caro colega

Como deve ser de seu conhecimento, mantém o Centro Acadêmico “XI de Fevereiro”, da Faculdade de Direito de Santa Catarina, um órgão de publicidade, intitulado “Folha Acadêmica”.

Ninguém como o colega saberá, por certo, das inúmeras dificuldades que se tem a vencer quando, em jornalismo, trabalha-se sem meios pecuniários suficientes, e sem uma colaboração certa.

Nossa maior dificuldade reside, principalmente, nesta última parte. Os colaboradores falham... e é uma corrida louca para que a folha não saia com um atraso muito grande!

Em nosso último número, pelo motivo acima citado, e por termos encontrado em “Boletim” artigos que nos pareceram de interesse para todos os estudantes, lançamos mão deles, sem termos, para tal, consultado previamente a direção daquele órgão.

Assim procedemos, certos de que nenhuma objeção surgiria por parte dos colegas da U. N. E., de vez que só dois exemplares chegaram até nós e que, do nosso ato, apenas resultou uma maior divulgação de notícias que — repito — interessam a toda coletividade estudantil.

“Folha Acadêmica” não é, nem quer ser, um jornal estranho aos movimentos ou às iniciativas dos estudantes de outros recantos do país, e, principalmente, estranho ao que se passa no Rio, e às campanhas lançadas pela U. N. E.”

Por isso, venho, por meio desta, pedir-lhe que autorize “Folha Acadêmica” a transcrever de “Boletim” e “Movimento”, tudo aquilo que julgar útil à grandiosa ideia que todos defendemos: a União cada vez maior dos estudantes de nossa Pátria.

Sem mais, enviamos-lhe as nossas mais efusivas

Saudações universitárias

José Felipe Boabaid
Diretor de “Folha Acadêmica”

Rio de Janeiro, D. F., em 16 de junho de 1944.

Ilustre Colega José Felipe Boabaid.

Diretor da Folha Acadêmica.
Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Lemos com agrado a sua carta de 24 de Maio último, em que você nos cientifica da transcrição de artigos do nosso “Boletim” na Folha Acadêmica, sob sua direção.

Bendizemos mais esta oportunidade para reafirmarmos os nossos propósitos de que a U. N. E., com tudo o que ela possui e realiza, bem assim as Uniãos Estaduais e os Diretórios e Centros Acadêmicos, é, antes de tudo, patrimônio de todos os estudantes do Brasil. Desse modo, só nos cabe louvar o gesto dos que dirigem “Folha Acadêmica”, quando procuram dar mais ampla divulgação a escritos e realizações que dizem respeito ao estudante de um modo geral. Esta, uma das características do espírito universitário que a U. N. E. vem criando. Assim é que, dentro do Brasil o estudante de um rincão está unido e solidário com o colega de outro ponto, todos colaborando na obra comum da unidade para a consecução mais fácil dos ideais superiores por que nos batemos.

Desejamos, pois, que você e os seus colegas continuem a colaborar com a Diretoria da U. N. E., ora divulgando atos e fatos que partam desta sede, ora enviando-nos sugestões e mesmo críticas, no sentido construtivo.

A União Nacional dos Estudantes, com a rede de Uniãos Estaduais de Estudantes que reúnem, por sua vez, a rede de Diretórios e Centros Acadêmicos, deve ser uma escola de civismo, de patriotismo, de fraternidade, de luta, de trabalho de solidariedade, escola formadora, enfim, de cidadãos conscientes dos seus deveres e obrigações para com a coletividade a que pertencem.

Não se trata, portanto, de um caso de autorização para que “Folha Acadêmica”, órgão Oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, da Faculdade de Direito de Santa Catarina, possa transcrever artigos do “Boletim” e de “Movimento”, órgãos da U. N. E.

Trata-se, em verdade, de uma atitude que merece aplausos calorosos, pelo que revela de compreensão dos nossos interesses comuns.

Aproveitamos o ensejo, pois, para congratularmo-nos com você e demais colegas de redação e do referido Centro Acadêmico, formulando votos pela crescente união dos estudantes brasileiros, como promessa alvicaireira de que eles estarão unidos amanhã, como se encontram hoje, na defesa dos interesses superiores da Pátria.

Saudações Universitárias

Genival Santos
Presidente, em exercício, da U. N. E.

Carlos Eduardo Paes Barreto
Secretário Geral Interino

EMBAIXADA PARANAENSE

CONFERÊNCIAS

Em dias do mês de junho último deu-nos o prazer de sua visita uma luzida embaixada de estudantes paranaenses.

Constituída dos mais lidimos representantes da classe estudantil do vizinho Estado do Paraná, veio ela presidida pelo coléga Raul Schaefer, presidente do Centro Acadêmico de Direito do Paraná integrando-a, ainda, como convidado de honra, o preclaro professor dr. Oliveira Franco Sobrinho.

A caravana, que ficou hospedada no La Porta Hotel, deu-nos momentos de indizível satisfação, já nas visitas que fez aos nossos estabelecimentos de ensino, já percorrendo os vários departamentos socio-administrativos, já, ainda, em visita de cordialidade à imprensa, sociedades recreativas, etc., não regateando encomios à administração Nerêu Ramos e, bem assim, às gentilezas de que era alvo.

Em nossa Faculdade dois oradores nós deliciaram com seu verbo vibrante, proferindo duas brilhantíssimas conferências, sob os temas "A cultura como fator social", de autoria do coléga Herbert Georg e "Cooperativismo", da lavra do brilhante universitário Geraldo Gunther, cuja conferência, dada venia, publicamos abaixo.

Após curta permanência entre nós, a embaixada rumou para Brusque, onde lhes foram prestadas as mais inequívocas provas de simpatia e amizade que o povo barriga-verde tributa aos nossos colégas do Paraná.

Digníssimo sr. presidente da mesa.

Prezado prof. dr. Oliveira Franco Sobrinho.

Meus senhores.

Companheiros de luta.

É com a mais viva satisfação e com o maior contentamento que vos dirijo a palavra nesta assentada. Afirmitivos que a caravana de acadêmicos de Direito do Paraná, encantada com a recepção amigável e fraterna dos acadêmicos de Direito de Santa Catarina, e com o acolhimento generoso, cavalheresco e fidalgo dos dirigentes deste grande Estado e do povo de modo geral, daqui levará, gravada profundamente em seus corações, gratíssima e imorredoura lembrança.

Salientamos a impressão marcante que nos causou a já notória proteção e o amparo que o governo catarinense dispensa ao ensino do Direito, tanto assim que, além dos favores materiais que o Estado concede, os principais elementos da administração estadual fazem parte do corpo docente desta faculdade.

COOPERATIVISMO

Antes de entrarmos propriamente no tema da nossa despretenciosa palestra, mistér se faz situá-lo convenientemente no lugar que lhe cabe no conjunto dos conhecimentos humanos. E porque assim seja, devemos entrar, principalmente, no campo da Economia Política e, não raro, no da Sociologia.

Bem o sabeis que a Economia Política, ciência dos valores, ciência da ordem social das riquezas, tem por objeto somente aquelas relações dos homens em sociedade, que tendem para a satisfação das suas necessidades, para o seu bem estar, naquilo em que depende da posse dos objetos materiais. É, portanto, uma ciência que estuda a maneira de melhor satisfazer as necessidades materiais do homem, possibilitando-lhe vida mais cômoda, para chegar a fins mais elevados, pois que, toda e qualquer construção espiritual tem, necessariamente, base material. Sem base material suficiente nada é possível conseguir de permanente, de duradouro, de estável. E é por isso que o estudo da Economia Política deve merecer grande atenção e especial carinho, já que da solução dos seus problemas resulta, fatalmente, o bem estar geral, o equilíbrio das forças sociais e econômicas, o progresso nos mais variados setores da atividade humana, em suma, a felicidade de todos. E não é felicidade o supremo ideal? Porque não haverá-

mos nós de encontrar a fórmula miraculosa que nos proporcione a solução desses problemas grandiosos? Por certo, não é fácil de encontrá-la, daí o mérito da questão. Se não fosse tão difícil, cérebros robustos da envergadura de Carlos Gide, Karl Marx, Jean Batista Say, Adam Smith, Almeida Nogueira, Porto Carreiro e tantos outros luminares desta ciência prodigiosa, já a teriam desvendado. Embora assim sendo é nosso dever indeclinável envidar e conjugar todos os nossos esforços no sentido de buscar onde ela se encontre, a tão almejada solução.

Os problemas que preocupam a Economia Política são, geralmente, grupados em três categorias: PRODUÇÃO, REPARTIÇÃO e CONSUMO DAS RIQUEZAS. Convem ter em mente que RIQUEZA, no sentido econômico, não é sinônimo de valor, abundância de patrimônio, fortuna. Dá-se o nome de riqueza, em Economia Política, a todos os bens úteis, materiais e permutáveis, capazes de satisfazer qualquer das nossas necessidades, de servir à manutenção da vida ou ao acréscimo do nosso bem estar. Essas categorias procuram as respostas das três perguntas seguintes, respectivamente: COMO É QUE OS HOMENS PRODUZEM A RIQUEZA? DE QUE MANEIRA A PARTILHAM ENTRE SI? QUE EMPREGO FAZEM DELA?

Eis aí os magnos e complicadíssimos problemas de que se ocupa a ciência de ADAM SMITH.

Entre eles, no dizer de KARL MARX, e de quase todos os economistas, a REPARTIÇÃO DAS RIQUEZAS, ou seja, a resposta à pergunta: DE QUE MANEIRA OS HOMENS PARTILHAM ENTRE SI AS RIQUEZAS?, constitui a espinha dorsal. E não é difícil compreender-se que, realmente, isso corresponde à verdade, porquanto, em todos os tempos, os pobres têm sido em grande número e os ricos em número pequeno e não só nas sociedades pobres, o que seria natural, mas, também, nas sociedades ricas. É que a riqueza é repartida muito desigualmente, para não dizermos injustamente. E essa desigualdade sempre tem suscitado queixas amargas. A contenda entre pobres e ricos é velha como o mundo, com a diferença de que hoje é menos tolerável do que em tempos de antanho, porque a desigualdade das riquezas é a única que subsiste quando as outras desigualdades que distinguem os homens têm caído por terra uma após outra, mercê de violentas tempestades sociais. Todas as conquistas das classes menos favorecidas, como o direito à vida, o direito à liberdade, o direito a tomar parte na organização estatal do seu país, todos eles sintetizados maravilhosamente nos DIREITOS DO HOMEM, foram regadas de sangue generoso e fecundo, produzindo a seara magestosa de DIREITOS que hoje possuímos, dos quais nos envaldecemos e que são inerentes à personalidade humana, sem os quais não compreenderíamos a dignidade da vida.

A civilização dos INCAS, brilhantíssima como é do vosso conhecimento, não passou despercebido o problema da REPARTIÇÃO DAS RIQUEZAS que, aliás, é de importância capital na vida de toda e qualquer coletividade. E tanto dele se ocupou que lhe deu solução acertada. Quando os espanhóis chegaram ao seu esplendoroso império, lá encontraram os AYLUS, que nada mais eram que uma espécie de COOPERATIVA INTEGRAL MODERNA. Eram sociedades agrícolas nas quais se dividiam os produtos segundo o trabalho e as necessidades de cada um; e dessa forma também exploravam numerosas indústrias, sob a proteção do Estado. Era, mesmo, um sistema de governo de cunho acutadamente cooperativista. Os Aylus representavam, na civilização incásica, papel relevante como elemento de equilíbrio de forças orgânicas no campo da produção e, por isso, federavam-se em KURIS, à maneira das Federações de cooperativas atuais. A estrutura econômica e administrativa dos Kuris baseava-se na cooperação social, como idéia-força. Aylus dessa natureza ainda hoje existem no Peru, apesar da obra criminosa dos conquistadores, que reduziram 12 milhões de habitantes vigorosos, pacíficos, operosos, organizados, ricos e cultos, a 300 mil habitantes insulados e pobres!

Notai que o império incásico, no Peru, já no século XVI, estava organizado cooperativamente. Havia, por conseguinte, dado a melhor solução possível ao angustioso proble-

ma da REPARTIÇÃO DAS RIQUEZAS. Não havia exploração de uns pelos outros; não havia ganância desenfreada; não havia miséria. Havia abundância; havia tranquilidade; havia equilíbrio; havia felicidade!

Que povo grandioso! Que maravilhosa civilização! O Peru foi vencido e conquistado não porque fosse um povo bárbaro, mas porque era uma raça civilizada e próspera!

É comum, no entanto, dar-se como nascimento do cooperativismo o ano de 1844, com desrespeito flagrante à sublime e adiantadíssima civilização dos incas. Nada obstante, é verdade que essa instituição não era conhecida dos europeus quando nesse ano de 1844, em ROCHDALE, na Inglaterra, 28 humildes tecelões, que figuram na história, muito merecidamente, com o glorioso nome de OS PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE, tendo notado que os ricos negociantes tiveram pingues lucros na venda a varejo das mercadorias, e tendo em vista a remuneração insignificante que recebiam, resolveram unir-se para adquirirem as provisões de que tinham necessidade e REPARTILHAS entre si. Dessa forma veio à luz a primeira cooperativa de consumo dos tempos modernos. De origem modesta, fruto da exploração dos intermediários e das asprezas e sacrifícios a que estavam sujeitos os geniais tecelões, essa cooperativa foi a célula-mãe das atuais organizações que arrancaram a Mac Donald expressões de admiração, considerando-as as únicas capazes de soerguer moral, social e economicamente o mundo. E não são poucos os que compreenderam essa verdade.

Agora, em 1944, PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO COOPERATIVISMO, para gáudio nosso e como índice de compreensão social e econômica, contam-se por milhares as cooperativas de todos os gêneros, espalhadas pelo globo terrestre. Este primeiro centenário deveria ser comemorado com clarinas da mais alta e estridente satisfação, pois a organização cooperativa representa, sem dúvida alguma, o maior passo de todos os tempos, no sentido da solução de um dos problemas que mais preocupam o espírito humano.

O cooperativismo moderno, organizando a produção e a distribuição das riquezas sobre bases equitativas e racionais, conduz a um conceito mais elevado da vida, afasta o espírito de lucro e o egoísmo sem freio, colimando a satisfação das necessidades humanas, sob a égide da ajuda-mútua, da humanidade e da justiça. Libertando o consumidor da entrosagem comercial, que lhe absorve o melhor lucro, concorre o cooperativismo para o aumento da produção e promove o aperfeiçoamento dos produtos. Valoriza a produção e barateio o consumo. Aplica o espírito de solidariedade entre os homens e tem em vista a máxima: UM POR TODOS. É sabido que somente a união faz a força. A força pacífica e serena, inteligente e raciocinada, decidida e enérgica é origem de respeito e torna mais fácil a defesa de interesses morais e matérias comuns.

O cooperativismo é uma DEMOCRACIA ECONÔMICA; tem a força de um admirável aparelho de defesa e conquista de direitos legítimos, impondo deveres, disciplinando e racionalizando atividades úteis. É ele um meio eficiente de melhoramento das condições econômicas e sociais que produtores e consumidores, livremente associados. E como tal os governos de todas as nações civilizadas têm reconhecido o papel sem par das cooperativas e lhes têm dedicado farta legislação e irrestrito apoio. No Brasil grande tem sido o desenvolvimento cooperativista e diversas são as leis que lhe regulam a organização, sendo as seguintes as principais: Decreto legislativo n. 1.637, de 5/1/1907; Decreto n. 22.239, de 19/12/32 e decreto-lei n. 5.893, de 19/10/1943. Para melhor proteger e impulsionar esse movimento sem precedentes, em muitos Estados foram criados DEPARTAMENTOS DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO. Em São Paulo, por decreto n. 5.966, de 30/6/33, foi esse Departamento criado "por considerar a função altamente moral e econômica do cooperativismo, pelas indiscutíveis vantagens que ele representa no campo da economia social; por considerar, também, que a prática do cooperativismo é uma necessidade imperiosa nos dias de hoje (isso já em 1933) para combater os males originados da super-produção e do

sub-consumo e para elevar o nível de vida".

O Estado do Paraná, por seu turno, vem de tomar igual iniciativa. Não faz muitos dias organizou o seu DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO o qual, por certo, irá incrementar e orientar o cooperativismo, já bastante desenvolvido.

Duas são as principais finalidades das cooperativas: Estabelecer o JUSTO PREÇO e ABOLIR OS LUCROS. Não quer isso dizer que as cooperativas vendam aos seus associados pelo preço de compra, não. Elas acrescentam uma pequena percentagem, para fazer frente aos gastos, tais como empregados, aluguel, luz, transportes, etc. No fim do ano, porém, feito o balanço, o lucro que aparecer será devolvido aos associados, na proporção das compras: é o célebre princípio do RETORNO, idealizado por Carlos Howarth, um dos 28 tecelões de Rochdale.

A cooperativa é uma sociedade sui-generis, de vez que exclui o ânimo de especulação e lucro, não é comercial. É um admirável sistema social-econômico que estabelece novas formas de produção e distribuição das riquezas, sobre uma base de solidariedade social, moral e econômica, tendo por princípio vital o ESFORÇO QUE SE RECOMPENSA, daí a distribuição dos benefícios na proporção do esforço, do trabalho, daí o RETORNO.

A cooperativa não vende; DISTRIBUE. A idéia central é que a riqueza não se deve produzir para trocar e sim para satisfação de necessidades.

O grande Manuel Lopez, ex-gente da cooperativa argentina EL HOGAR OBRERO, frizando a diferença entre a sociedade cooperativa e a capitalística, diz o seguinte:

"O trust maneja valores de troca; a cooperativa valores de uso."

A cooperativa educa ao fazer do consumidor seu próprio produtor e elimina o antagonismo que existe entre o vendedor e o comprador.

Moraliza, uma vez que não pode enganar.

Torna altruístas os seus componentes, porque terão interesse em aumentar o número dos cooperadores para que gozem dos mesmos benefícios.

Emancipa, ao fomentar a economia, devolvendo os lucros, ou o excedente do preço cobrado, e ao exigir de cada cooperador sua parte para a contribuição social, tornando-o dono dos produtos que lhe são necessários.

Capacita ao dar intervenção no manejo da Sociedade aos cooperadores e ao selecionar para a direção os melhores.

Democratiza ao dar a todos os associados iguais direitos e deveres e ao fazer compreender que o interesse da cooperativa é o mesmo que o dos consumidores e com ele se confunde, contrariamente as sociedades ou entidades comerciais, cujos interesses são opostos aos dos consumidores.

Estabelece a igualdade ao dar um só voto ao associado e não em proporção ao seu capital.

Defende a saúde ao zelar a qualidade e pureza dos produtos.

Defende o consumidor contra a especulação, a fraude, os preços, a sugestão dos vendedores, etc.

Defende o produtor, contra os baixos preços que a concorrência estabelece, contra o açambarcador, etc.

Faz da organização uma função social e econômica ao zelar os interesses de todos e de cada um dos produtores e consumidores, ao suprimir todos os intermediários e atravessadores que o comércio utiliza com o seu sistema de corretores, comissários, representantes, órgãos de reclamo etc., e ao regularizar a produção com relação ao consumo, evitando as crises periódicas por excesso ou por escassez de produção, evitando as rivalidades comerciais, origem de tantas guerras, unificando e centralizando a administração, simplificando as compras, uniformizando tipos e qualidades etc., etc.

Finalmente, controla as indústrias, impedindo o desenvolvimento das que, dedicadas a produtos do vício e da fraude, malbaratam energias humanas e propagam o alcoolismo e outras misérias sociais".

Como afirmou Francisco Frola: "A cooperação não é tão somente a fórmula de uma economia nova, e sim, a base de uma nova civilização".

Em sua latitude ampla, a fórmula cooperativista pode ser aplicada a qualquer esfera de atividade humana, porque encarna o ideal da

criatura que trabalha e luta. E essa fórmula está expressa no art. 3º. do decreto-lei n. 5.893, de 19/10/43, que assim afirma: "A cooperativa pode adotar qualquer gênero de atividade que, sem ofensa à lei e à moral, tenha por fim realizar seus objetivos econômicos-sociais, claramente definidos, como sejam os de financiar, comprar ou vender em comum, cobrir riscos e outros quaisquer, sendo-lhe facultado reuni-los".

De modo geral, porém, as cooperativas classificam-se em:

- Cooperativa de Consumo.
- Cooperativa de Produção agrícola.
- Cooperativa de Produção industrial.
- Cooperativa de Trabalho.
- Cooperativa de Crédito.
- Cooperativa Escolares.
- Cooperativa de Construção de casas populares.

COOPERATIVA MIXTA

A de CONSUMO é a de que já nos ocupamos. Veio à luz em Rochdale, em 1844 e espalhou-se pelo mundo todo com rapidez assombrosa. Destina-se à distribuição de gêneros alimentícios e outros artigos de primeira necessidade, facilitando a economia doméstica.

A de PRODUÇÃO AGRÍCOLA visa agrupar pequenos agricultores, possibilitando-lhes maior produção e melhor venda das suas colheitas.

A de PRODUÇÃO INDUSTRIAL congrega os operários que saem, a um tempo, operários e patrões da indústria e cujo lucro reverte em seu próprio benefício.

A de TRABALHO é formada por operários de uma determinada profissão ou ofício, com a finalidade de dispensar o patrão ou o empresário. Os próprios operários contratam e executam os serviços peculiares ao seu mister, coletivamente ou em grupos de alguns.

A cooperativa de CRÉDITO proporciona aos seus associados crédito e dinheiro, por meio de mutualidade e de economia, mediante uma taxa módica de juro. Dessa forma auxilia grandemente o pequeno industrial, o pequeno agricultor ou qualquer outra que seja a atividade do associado. As suas principais modalidades são as Caixas Raiffeisen e os Bancos Populares Luzzatti.

A cooperativa ESCOLAR tem por finalidade imediata a distribuição, com vantagem econômica, de artigos escolares, tais como cadernos, lápis, livros etc., e também alimentos, nas horas de recreio; a finalidade maior, porém, o objetivo precípuo, é inculcar na criança a idéia do cooperativismo, dando-lhe os conhecimentos práticos da organização e do funcionamento da cooperativa. E, no dizer dos mestres, "A ESCOLA ORGANIZADA SOCIALMENTE".

Ninguém ignora que na criança repousam todas as esperanças. Sem que se quer introduzir alguma inovação na sociedade é na criança que se vai procurar a força perpetuadora dessa nova idéia, porque a criança de hoje é o adulto de amanhã e, como tal, o realizador dos princípios que assimilou na infância, princípios esses de que seu espírito está profundamente impregnado. E por isso que, tanto para o bem como para o mal, a criança sempre é solicitada insistentemente, com o fim de inocular, em sua alma virgem e pura, as novas manifestações do pensamento humano. Estão, portanto, as esperanças dos mentores do cooperativismo, na atuação que as crianças educadas no sistema de cooperativas escolares tiverem na sociedade. Elas é que, cientistas e convencidas das múltiplas vantagens apresentadas pelo cooperativismo, irão fomentar o seu desenvolvimento e firmar, de modo indelével, as suas bases. Assim se espera e assim há de ser!

A cooperativa de CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES destina-se à construção de casas populares, para vendê-las aos seus associados pelo sistema de pagamentos parcelados, como verdadeiros aluguéis.

Finalmente, cooperativa MIXTA é aquela que exercita um conjunto de operações enquadráveis nas atividades de duas ou mais categorias de outras cooperativas. Aliás, a tendência moderna é acutadamente para a formação de cooperativas mixtas. Tanto assim que as maiores cooperativas da atualidade são mixtas, tais como, na Argentina, EL HOGAR OBRERO, que reúne um número elevado de atividades diferentes e é uma das melhor organizadas do mundo; a dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, e muitas outras.

EMBAIXADA PARANAENSE

(Continuação)

A condição primordial para que uma cooperativa funcione é ser dirigida por elementos capazes. É a falta de dirigentes capazes, fora de qualquer dúvida, o maior obstáculo que impede o desenvolvimento que o cooperativismo merece. Para contornar essa dificuldade, em muitos países foram organizadas escolas especiais, como a de Reidori, na Suíça; a Kooperativa Forbundet, em Estocolmo etc. Em São Paulo também já foi organizada uma escola semelhante, para preparar gerentes de cooperativas. Além de escolas assim organizadas, existem os clubes de estudos cooperativistas. A Suécia conta com nada menos de dez mil deles. O Canadá também os possui em grande quantidade. Senão que no Canadá o Serviço de Extensão da Universidade de São Francisco Xavier realiza uma campanha maravilhosa em prol do cooperativismo, chegando mesmo, graças ao seu ingente esforço, a transformar Províncias Marítimas de paupérrimas que eram em centros de notável progresso. Os professores e os estudantes dessa magnífica Universidade, realizam, durante as férias, conferências nas pequenas localidades, com o objetivo altamente louvável de abrir os olhos do povo para o movimento cooperativista que, dia a dia, se avoluma e se edifica, mercê dos incalculáveis benefícios que prodigaliza.

Nos Estados Unidos da América do Norte os clubes de educação cooperativista multiplicam-se de maneira verdadeiramente digna de nota, tanto por iniciativa dos poderes públicos como por iniciativa das Universidades, das Ligas Cooperativas e da própria sociedade norte-americana.

Em todo o orbe terráqueo os legisladores cercam de favores o surto cooperativista. E mal andariam se assim não procedesse, pois ele representa a maior manifestação dos mais profundos anseios do homem, que reclamam cooperação fraterna em todas as suas atividades, para melhor transpor as dificuldades da vida.

Leôncio Correia, prosador e poeta de pena adamantina, traçou o seguinte conceito fulgurante: "É tão salutar e humano que deveria já ter sido instituída por forma universal de administração pública, porque o regime cooperativista, eliminando o intermediário parasita, harmoniza admiravelmente as conveniências recíprocas da produção e do consumo, numa ajuda-mútua entre seus associados, reconhecendo que todo produtor é, ao mesmo tempo, consumidor".

Esse intermediário parasita, de que nos fala Leôncio Correia, aplicará suas energias em outra atividade social mais produtiva.

Da troca de interesses entre o produtor e o consumidor surge o bem estar coletivo, a melhoria das condições econômicas com que as cooperativas permitem ao homem ampliar as suas possibilidades produtoras e criadoras, incentivadas pelas facilidades de financiamento e barateza de custo das utilidades, que elas proporcionam, facilitando, assim, o desdobramento da riqueza e o surto de todos os progressos a que a inteligência e as atividades humanas fazem jus, mas as imperfeitas organizações sociais cerciam.

Afirma Carlos Gide: "Enquanto as sociedades cooperativas aglomerarem infima parte do comércio e da produção, este regime não terá mais do que valor indicativo; mas, quando a sociedade cooperativa se estenda até absorver toda a nação, a abolição do lucro modificará radicalmente a distribuição das riquezas; pois ele é, no regime atual, o único meio de enriquecer. Desaparecido ele, secaria a fonte das grandes fortunas".

Soberamente provado está a necessidade premente de trabalharmos com maior entusiasmo em prol das cooperativas, dessas organizações que trazem em seu bojo a DEMOCRACIA ECONÔMICA. Nessas instituições de caráter social por excelência.

Aqui fica o nosso apêlo insistente no sentido de cada vez mais cooperardes para a concretização final dessa obra imensa, da qual depende o equilíbrio das forças econômicas mundiais, e da qual depende, também, a elevação moral e material da nossa pátria.

— Os respeitos que se prestam aos que nos podem fazer mal são como o altar elevado à febre no meio de Roma.

Epiteto.

A MULHER NA SOCIEDADE ATUAL

A posição da mulher na sociedade atual na mercadoria atenua observações, a que diz respeito a sua liberdade de trabalhar. Em tempo algum, se procurou dar-lhe, como presentemente, razões justas ao desempenho das profissões que, somente, aos homens eram permitidas exercer.

A-pesar-de todas as tribulações, advindas por força das circunstâncias momentâneas, pelas quais teve a passar o nome, vai as mulheres adquirindo benefícios, que as guiam ao plano privilegiado daquele. Sociedades femininas de grandes centros urbanos, preconizando o sistema feminismo, por sua vez secundadas pelas mentes modernas, esforçam-se por justificar certas atitudes em relação ao meio em que labutam e vivem. Desenvolvendo propaganda intensa, alcançam pelo contínuo esforço esperanças adivas. O munus que as coroa, causa da transformação social, tanto na esfera coletiva, quanto na particular, determina o pensamento socialista ao tempo em que vivemos. As vantagens, entretanto, de que são merecedoras, tendentes a romper preconceitos e moldar veios moralistas, revelam os traços justificativos de uma sociedade igualitária.

Nessa nova sociedade a pretensão e a de estabelecer iguais direitos, impõe as mesmas obrigações a todos e a todos imputar os mesmos deveres. Mas os característicos envolventes aos interesses nesse grupo social, constam da liberdade de viver, amar e trabalhar.

A lei, contudo, regula, tão só, o trabalho, pelo Direito Industrial e Legislação do Trabalho das mulheres nos delimitados departamentos da atividade humana. Quanto a disposições de viver e de amar, encontram-se no instinto de perpetuação da espécie e no de conservação, dirigidos pelas leis naturais. Leis essas, cerceadas pelo código penal, cujo abuso implica penalidades e peadas pelo espírito religioso, criador de preconceitos. Uma e outra causa, impediendo do desafogo das tendências ingêntas, engenhosamente, educa os indivíduos na escala da civilização.

Não há, contudo, prospectos legislativos para viver e para amar. Cada um vive como pode e ama conforme o grau de comoção sentimental. Onde mais se ama melhor se vive.

Consistindo a dar tom original à maneira de viver e amar, a mulher revoluciona a sociedade escandalizando-a. Justamente, por esses modos vivendi et amandi, alvoroça-se a mulher, agitada não só pelas faculdades íntimas, mas também movida pela alteração doutrinária da época, para quem o trabalho, apenas, serve de meio para justificar as finalidades.

E como do trabalho resultam boas messes, dele proveio a notória sociedade igualitária. Assim, a mulher, atualmente, praticando atos reservados aos homens, já porque intelectual, julga com esse direito e mostra abnegação nas casas de saúde, já porque presta mesteres nos centros industriais, terá todavia, para desabono próprio, a desventura de incorrer em aviltantes vícios, que torturam a humanidade.

Vergados por tal verdade monstruosa, sofrerão os bons costumes e esgarçar-se-ão as garantias estipuladas em seu proveito.

Aconteça o que acontecer, na mulher encontraremos a fonte magnânima dos enobre-

O ensino jurídico no Brasil

O ensino Jurídico no Brasil só foi iniciado alguns anos depois de proclamada a nossa Independência. Antes do movimento que nos separou de Portugal, e não obstante a criação, aqui, de tribunais de justiça, o Governo que dirigia os destinos brasileiros, nunca se preocupou em divulgar o ensino necessário para o preparo de juristas na composição do Poder Judiciário.

Quando o príncipe Don João teve de ausentar-se de Portugal, devido à invasão das forças sob o comando do general Junot, foi acompanhado de um numeroso séquito de 15.000 pessoas, composto de nobres, ministros, magistrados, funcionários, negociantes e criados.

O Governo que se fixava no Brasil, não antevia a necessidade da formação de juristas para os cargos de Justiça, e por isso, nenhuma solução deu ao ensino do ramo do conhecimento que se refere à ciência do Direito. Por outro lado, preocupava-se em instituir tribunais judiciários para nêles colocar os novos hospedes, ficando a distribuição da Justiça entregue a portugueses que nada sabiam, além de uma Jurisprudência casuística de ares-tos.

Assim permaneceram os Brasileiros até que, cinco anos depois da nossa Independência, pela lei de 11 de Agosto de 1827 foram criadas duas academias de Ciências Jurídicas e Sociais, uma na cidade de Olinda, em Pernambuco, e outra na de São Paulo.

Pela citada lei as matérias do curso eram divididas em nove cadeiras, e em cinco anos, da seguinte forma:

1º ano — Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes, e Diplomacia.

2º ano — Continuação das matérias do primeiro ano; Direito Público e Eclesiástico.

3º ano — Direito Pátrio Civil, e Direito Pátrio Criminal, com a Teoria do Processo Criminal.

4º ano — Continuação do Direito Pátrio Civil; Direito Mercantil e Marítimo.

5º ano — Economia Política, Teoria e Prática do Processo Adotado pelas leis do Imperio. Foram nomeados pelo Governo nove lentes catedráticos e cinco substitutos, competindo aqueles as honras de Desembargadores.

As lições de cada professor deveriam durar por espaço de hora e meia, utilizando-se este da primeira meia hora para ouvir aos estudantes e do resto do tempo para explicar o compendio.

A lei estabelecia que o ensino fosse feito por compendios, desde que estivessem, de acordo com o sistema jurado pela Nação.

Os estudantes que obtivessem aprovação nos cinco anos do curso, conseguiam o grão de Bacharel, sendo o de Doutor conferido aos que fossem aprovados em defesa de teses das matérias do curso.

A frequência das aulas era obrigatória. Quinze faltas, sem causa, durante o ano letivo, e quarenta, ainda que justificadas, faziam perder o ano.

Pelo decreto n. 4.675, de 14 de Janeiro de 1871, foi estabelecida a prova escrita, que até então não era exigida.

E com o decreto n. 7.247, de 19 de Abril de 1879, que recebeu a denominação de — Lei de Ensino Livre —, por ter acabado com as faltas, as lições e sabatinas dos alunos, e admitido a prestação de exames de qualquer número de materias do respectivo curso, houve uma profunda revolução no ensino das Faculdades de Direito, moderada mais tarde pelos decretos reguladores do assunto.

Dic. Hist. e Georg. do Brasil.

Correspondência

Da Diretoria da União Nacional de Estudantes, com sede no Rio de Janeiro, recebeu

o Centro Acadêmico XI de Fevereiro o telegrama abaixo:

"Presidente Centro Acadêmico XI Fevereiro — Faculdade Direito — Santa Catarina.

Estamos tratando realização Congresso. Credencie dois representantes Diretorio participação Congresso. Informaremos sobre marcha acontecimentos. Saudações.

Eraldo Lemos, Presidente interino U. N. E."

Da Comissão Organizadora do 10º Congresso Brasileiro de Geografia, recebeu o Centro Acadêmico XI de Fevereiro a participação de que, de 7 a 16 de Setembro se realizará, no Rio de Janeiro, aquele conclave.

Da União dos Estudantes do Amazonas recebeu a Diretoria de "Folha Acadêmica" a comunicação de que, em Abril próximo passado, foi empossada a nova Diretoria que regerá os destinos da entidade máxima dos estudantes amazonenses.

cedores propósitos, para os quais não de apelar os homens de todos os tempos nas horas de aflição e desespero. A luta, sem treguas pela vida, não há por desmerecer sua alta qualidade de mulher, a qual continuará tonificando o espírito humano, agora e sempre.

Francisco Eduardo Mira Gomes

Aos novéis diretores, sauda "Folha Acadêmica", com votos de feliz gestão.

Do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Alagoas recebeu o Centro Acadêmico XI de Fevereiro a comunicação de posse da nova Diretoria para o período 1944-1945. Agradecendo a distinção, a Diretoria do XI de Fevereiro deseja aos colegas alagoanos uma próspera gestão.

Do Departamento Estadual de Estatística recebeu a "Folha Acadêmica" o agradecimento pelo registro, em um dos nossos números, do Dia do Estatístico. Do mesmo Departamento recebemos "A guerra e a alimentação catarinense" da autoria do Sr. Lourival Câmara, brilhante trabalho que, pela Comissão Estadual de Abastecimento, foi anexado à sua Portaria n. 3. Pela atenção com que fomos distinguidos, o nosso muito obrigado.

O Centro Acadêmico XI de Fevereiro recebeu da Professora Antonieta de Barros a comunicação de que, a 30 de Junho, assumiu a direção do Instituto de Educação de Florianópolis. Agradecendo a gentileza, a Diretoria do XI de Fevereiro, a tão simpática figura do magistério catarinense, formula os mais sinceros votos de um feliz mandato, pleno de realizações.

U. E. E. S. C.

Nos primeiros dias deste mês, na Faculdade de Direito de Santa Catarina, reunidos os Diretorios Acadêmicos "XI de Fevereiro", e "José Boitoux" da Academia de Comércio, realizou-se a fundação da União Estadual de Estudantes de Santa Catarina, em obediência aos Estatutos da Entidade máxima dos Estudantes brasileiros, a U. N. E.

Sobre esse acontecimento de tão alta relevância, daremos informações mais detalhadas em nosso próximo número.

ESTUDANTADAS

Havia, em Coimbra, um professor de Teoria do Processo que, pelos fins do ano letivo, propunha aos alunos uma ação simulada, para que eles tivessem uma vaga ideia do que se passava num Tribunal. Assim, distribuía pelos alunos os papéis a serem desempenhados: este era o Oficial de Justiça, aquele o escrivão, aquele outro o juiz, e assim por diante.

Excusado é dizer que, terminada a aula, pilhando-se os alunos na rua, ouvia-se logo:

— Oficial: traga-me um escarrador!

— Oficial: depressa, um copo d'água!

E por aí a fóra.

Quem desenvolvia maiores atividades intelectuais na ação era, como ainda o é, o advogado. Cabia a ele dar conta aos "provarás".

Chega o dia da aula em que ia ser levada a cena a ação. Constitue-se o Tribunal, e, finalmente, o Oficial de Justiça dá o brado:

— Está aberta a audiência. Quem quiser requerer pode fazê-lo.

Espectativa geral na sala. Ninguém se mexe. O advogado, nem pio.

Já meio desconfiado, dirige-se o juiz ao dito:

— Sr. advogado, o seu articulado por parte do autor.

Com toda a calma levanta-se o malandro, o einismo personificado:

— Não foi preciso, Excelência. As partes entraram em acôrdo.

PANIÁTRICA

Voltou a circular o órgão oficial do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Medicina — Farmácia — Odontologia), agora em forma de jornal. De novo congênere já recebemos dois números, que muito agradecemos, formulando votos de que o seu renascimento "numa época assaz grave da história dos homens" tenha por finalidade cultivar, reafirmando, a união sempre maior dos estudantes brasileiros, que agora lutam contra todas as formas de fascismo, num batalhar incessante pela vitória da Liberdade e da Justiça.

FOLHA ACADEMICA

FLORIANÓPOLIS

ÓRGÃO OFICIAL DO CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO

DIRETOR JOSÉ FELIPPE BOABAD

REDATOR-RESPONSÁVEL ALFREDO DAMASCENO DA SILVA

SECRETARIO JOÃO CARLOS RAMOS

REDATORES NILSON VIEIRA BORGES FRANCISCO CARLOS REGIS LAUBELINO COELHO

REDAÇÃO RUA ESTEVES JUNIOR, 11

DIA INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES

Continuando a publicação dos impressos que nos chegaram do Conselho Internacional de Estudantes, com sede em Londres, e propugnando para que, também em Santa Catarina, o Dia Internacional dos Estudantes seja condignamente comemorado, "Folha Acadêmica" transcreve hoje:

CARTA ABERTA AOS ESTUDANTES DOS PAISES LIVRES

Amigos!

Pela quarta vez, desde a sua instituição, o Dia Internacional dos Estudantes se aproxima novamente.

Muito aconteceu desde que o primeiro Dia foi comemorado em Londres, no Reino Unido, e através do Mundo.

Em 1941, a lembrança de todos os estudantes estava cheia de seus companheiros que haviam caído, sob as metralhadoras e tanks nazistas.

Em 1942, o Dia Internacional dos Estudantes foi mais que uma data comemorativa: foi a convocação geral para apressar a derrota do inimigo, que já se retirava em Stalingrado e El Alamein. Desde aquele dia, mais e mais notícias nos têm chegado da Europa ocupada e da Ásia, a mostrar que os estudantes, lá, estão cumprindo rigorosamente sua parte nas tarefas para aniquilar os inimigos da educação livre.

Cada país dominado tem seus heróis entre a classe estudantil, que tomaram a si a luta pela Liberdade, sabotando fábricas, assassinando quislings, reagindo ousadamente contra os tiranos, trabalhando na publicação de jornais ilegais, e irradiações clandestinas. Muitos têm sido mortos. Geralmente, só depois de seu desaparecimento, ouvimos falar deles. Mesmo assim, têm dado impulso inspirador aos estudantes dos países livres que, apesar de não enfrentarem perigos tão terríveis, suportam enormes responsabilidades nesta guerra.

Por isso, aqueles colegas, que nos mostraram o caminho da Vitória devem estar sempre presentes em nosso espírito, quando nos dedicarmos às tarefas que se apresentem diante de nós, nas salas de aula ou nos campos de batalha, para que as desempenhem com o maior escrúpulo, evitando que os sacrifícios de nossos companheiros sejam prolongados — apressando o dia de sua libertação!

A nós cabe, quando organizarmos "meetings" em nossas agremiações estudantis, contar a história da resistência daqueles jovens, para que todos os nossos colegas conheçam a grandiosa tradição que têm a seguir; esforçarmo-nos em nossos estudos e em nossas tarefas de guerra, preparando-nos para executar a nossa parte na próxima ofensiva que libertará finalmente o mundo inteiro; e organizar, ao mesmo tempo, coletas para auxiliar, depois da Vitória, a restauração das Universidades que o Eixo destruiu.

* *

O DIA INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES EM 1941

O martírio dos estudantes tchecoslovacos, assassinados pelos nazistas no dia 17 de Novembro de 1939, se tornou, em 17 de Novembro de 1941, um símbolo para os estudantes livres de todo o Mundo.

Em todos os continentes livres, foi comemorada essa data, com meetings de solidariedade. — Assim, houve em Londres um grande comício onde, além dos oradores estudantes, eram presentes representantes

oficiais dos Governos Aliados. Falou o Ministro da Defesa Nacional da Tchecoslovaquia, seguindo-se os oradores que representavam os estudantes das Nações Unidas.

Em seu discurso, o Ministro tcheco lembrou a velha tradição dos estudantes de sua terra, como campeões da Liberdade, acentuando que, desde 1848 — antes, durante e depois da guerra de 1914-1918 — os estudantes sempre se destacaram na linha de frente da luta pela Democracia.

"Nossa Juventude" disse o Ministro "não receia resistir aos usurpadores, e á nova ordem imposta, porque foi sempre educada na consciência de si mesma, e no amor de sua Pátria! Nem foi por outro motivo que o inimigo dirigiu seu ataque contra ela, que sabia ser a mais sensível interprete — o centro mesmo de irradiação — das idéas liberais, orgulho da Tchecoslovaquia.

"Assim, como Ministro da Defesa Nacional, e Comandante-em-chefe da Juventude tcheca em armas, e em nome do Governo de meu país, homenageio as heróicas vítimas da opressão nazista, e expresso nossa gratidão pela bravura e

pelo trabalho realizado pelos a luta, até que tenhamos punido o crime de Novembro de 1939, e até que o desenvolvimento livre da Nação esteja assegurado!"

* *

Em consequência destas comemorações, surgiu a DECLARAÇÃO DOS ESTUDANTES PARA O DIA 17 DE NOVEMBRO — que é a seguinte:

Nós, estudantes da Grã-Bretanha, Domínios e Índia, América do Norte e América do Sul, U. R. S. S., Bélgica, Tchecoslovaquia, França, Grécia, China, Holanda, Noruega, Polônia e Jugoslavia, e de todas as nações que amam a Liberdade, homenageamos os estudantes tchecoslovacos que foram os primeiros a dar o sinal para a resistência em massa contra os opressores nazistas, no outono de 1939, e declaramos

17 DE NOVEMBRO, DIA INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES

Nós, que hoje formamos uma frente unida contra todas as formas de facismo e contra todas as espécies de opressão, sem nenhuma distinção de país, raça, classe, ou credo, e que lutamos de armas na mão,

no ar, no mar, e em terra, pe-jovens patriotas tchecos, prometendo que não cessaremos a Liberdade de nossos Povos, reverenciamos a memória daqueles jovens, vítimas da violência barbarica, que morreram na vanguarda da batalha, e morrendo, acenderam na escuridão, uma flama que nunca será apagada.

Declaramos que 17 de Novembro será sempre para nós não sómente o dia no qual os estudantes livres de toda parte honrarão seus camaradas tchecoslovacos mortos, e aqueles que estão ainda na prisão e nos campos de concentração, mas também o dia em que lembraremos com determinação os ideais pelos quaes eles sofreram e sofrem.

Compreendendo que o triunfo do fascismo significa, entre outras cousas, a morte da cultura em todo o mundo, e a destruição da fraternidade do estudo livre, prometemos solenemente fazer tudo que estiver em nosso alcance para esmagar a violência facista, e nos dedicarmos a impedir seu reaparecimento sob qualquer forma".

OS ESTUDANTES E O ESFORÇO DE GUERRA

O engenheiro brasileiro Frederico Veloso, de regresso dos Estados Unidos, declarou à Imprensa: "Os estudantes não se prejudicam em seus compromissos escolares pelo fato da convocação militar. Existem as chamadas Universidades Militares onde os moços estudam e prestam a sua colaboração à Pátria. Os jovens estudam e recebem instrução militar na própria escola."

Estas declarações do engenheiro Veloso, que estudou na Universidade do Texas, são reforçadas pelas do cirurgião-dentista Pádua Lima, também chegado recentemente, e que disse aos jornais paulistas: "No meio estudantil se chegou ao extremo de suprimir as férias habituais, passando os estudantes a fazer seus cursos na metade do tempo anteriormente empregado, de forma a estarem á disposição das forças armadas, cada um em sua especialidade, o mais cedo possível".

(Boletim da U. N. E., 15-4-44)

Canção do Expedicionário Brasileiro

(Música e rimas do Brasil em outras terras e outros mares)

Estas singelas rimas destes versos bem brasileiros foram criados pela sensibilidade artística do poeta Guilherme de Almeida. Aí estão imagens do Brasil, da nossa terra amada, no que possui de mais evocativo e expressivo para acompanhar constantemente os jovens soldados da Pátria, no seu coração e na sua saudade, plenas da harmonia das plagas brasileiras e de tudo o que elas encerram na ternura romântica do seu céu do cruzeiro e do luar do seu sertão.

Não é a canção guerreira, ou dobrado militar, que viriliza e empolga os soldados, e que serão cantados nas horas intensas de vibração e de luta. É a canção para entoar nas noites e horas de repouso, quando por instante, vça a alma para os braços de Maria na casa pequenina, lá no alto da colina.

Os ingleses e americanos têm as suas canções desse gênero. Duvidamos, porém, que uma delas traga o sabor e a doçura tão genuinamente ligada à tradição e ao espírito do povo como a canção do Expedicionário Brasileiro.

I

Você sabe de onde eu venho?
Venho do morro, do engenho,
Das selvas, dos cafezais,
Da boa terra do côco,
Da choupana onde um é pouco
Dois é bom, três é demais.

Venho das praias sedosas,
Das montanhas alterosas,
Do pampa, do seringal,
Das margens crespas dos rios,
Dos verdes mares bravios
Da minha terra natal.

ESTRIBILHO

Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá;
Sem que leve por divisa
Esse "V" que simboliza
A Vitória que virá:
Nossa Vitória final,
Que é a mira do meu fuzil,
A razão do meu bernal
A água do meu cantil,
As asas do meu ideal
A gloria do meu Brasil!

II

Eu venho da minha terra,
Da casa branca da serra
E do luar do sertão;
Venho da minha Maria
Cujo nome principia
Na palma da minha mão.
Braços mornos de Moema,
Lábios de mel de Iracema
Estendidos para mim!
O minha terra querida
Da Senhora Aparecida
E do Senhor do Bonfim!

ESTRIBILHO

Por mais terras que eu percorra, etc. . .

III

Você sabe de onde eu venho?
É de uma Pátria que eu tenho
No bôjo do meu violão;
Que de viver em meu peito
Foi até tomando jeito
De um enorme coração.
Deixei lá atrás meu terreiro,
Meu irmão, meu limoeiro,
Meu pé de jacarandá,
Minha casa pequenina
Lá no alto da colina,
Onde canta o sabiá.

ESTRIBILHO

Por mais terras que eu percorra, etc. . .

IV

Venho de além desse monte
Que ainda azula no horizonte,
Onde o nosso amor nasceu;
Do rancho que tinha ao lado
Um coqueiro que, coitado,
De saudade já morreu.

Venho do verde mais belo,
Do mais doirado amarelo.
Do azul mais cheio de luz,
Cheio de estrelas prateadas
Que se ajoelham, deslumbradas,
Fazendo o Sinal da Cruz!

ESTRIBILHO

Por mais terras que eu percorra, etc. . .